

FUNÇÃO

- Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde 2017
- Sócio da Sociedade de Advogados Sérvulo & Associados, desde 1999.

ÁREAS DE INTERESSE

- Direito Constitucional
- Constitucionalismo transnacional
- Justiça constitucional
- Regionalismo e autonomia
- Direitos Fundamentais
- Direito Administrativo
- Responsabilidade civil dos poderes públicos
- Arbitragem

LÍNGUAS

- Inglês (Falado e escrito)
- Francês (Falado e escrito)

PERCURSO ACADÉMICO

- 1987 | Licenciatura em Direito | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | média final de 17 valores
- 1991 | Mestrado em Direito na área das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | “Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos” | Orientador / Arguente Prof. Doutor Jorge Miranda | nota final de 18 valores
- 1999 | Doutoramento em Direito no ramo das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | “A decisão de Inconstitucionalidade” | Orientador Prof. Doutor Jorge Miranda | Arguentes Prof. Doutor Gomes Canotilho e Prof. Doutor Jorge Miranda | nota final de 18 valores

- 2016 | Agregação em Direito no ramo das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÉMICA

- Assistente, Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1987-).
- Membro do European Group of Public Law desde setembro de 1998, com participação em diversos encontros anuais dos professores do grupo europeu de Direito Público na Grécia.
- Coordenador do Curso de Mestrado em Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2007-).
- Professor convidado em várias Faculdades.
- Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa entre 2002 a 2005.
- Diretor do Católica Research Center for the Future of Law em 2013 e 2015-2018.
- Participação em numerosos júris de doutoramento, não só na Universidade Católica Portuguesa, mas também na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÉMICA

- Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde 1990.
- Sócio da Sociedade de Advogados Sérvulo & Associados, onde foi *managing partner* entre 2006 e 2011.
- Membro da Direção do Instituto das Sociedades de Advogados, entre 2006 e 2010.
- Membro da Comissão da Ordem dos Advogados que, entre 2000 e 2001, procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado e membro do grupo de trabalho que, entre 2001 e 2002, elaborou o anteprojeto de Lei da Água.
- Presidente da Comissão de Preparação do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos, nomeado pelo Despacho Conjunto n.º 179/2006, de 27 de janeiro de 2006, dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, entre 2013 e 2014.
- Desde 2015, membro do Conselho do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa e, desde outubro de 2016, membro da Comissão Executiva da Delegação Nacional Portuguesa da CCI. Presidente do Conselho para a Arbitragem de Direito Público da Associação Portuguesa de Arbitragem, desde junho de 2017.
- Ministro da Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional (outubro-novembro 2015)

PUBLICAÇÕES (ARTIGOS E PARTICIPAÇÕES EM MONOGRAFIAS)

- Valores jurídicos negativos da lei inconstitucional, in *O Direito*, 1989, pp. 485-544.
- Estrutura e âmbito da ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido, in *RDES*, 1989, pp. 1-107.
- Relações entre normas constantes de convenções internacionais e normas legislativas na Constituição de 1976, in *O Direito*, 1990, pp. 355-377.
- Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos, Coimbra: Almedina, 1992.
- O ambiente na Constituição, in *RDES*, 1993, pp. 377-400.
- As regiões autónomas e a aplicação das diretivas comunitárias (co-authored with José Maria de Albuquerque Calheiros), in *Direito e Justiça*, 1993, pp. 417-514.
- O Ministro da República e a coordenação da atividade dos serviços centrais do Estado no tocante aos interesses da região, in *O Direito*, 1993, pp. 87-105.
- Âmbito e limites da autonomia administrativa regional, in *Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores - a autonomia no plano jurídico*, Ponta Delgada: *Jornal de Cultura*, 1995, pp. 115-137.
- Admissibilidade de uma responsabilidade solidária em regime de litisconsórcio necessário – Anotação ao Ac. do STA de 28.11.1996, in *Cad. Just. Adm.*, nº 4 (July/August 1997), pp. 24-30.
- Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores anotado (co-authored with Jorge Pereira da Silva), Lisboa: Principia, 1997.
- A confirmação de uma certeza: o reconhecimento dos efeitos ultraconstitutivos das sentenças de anulação - Anotação ao Ac. do STA de 16/04/98, in *Cad. Just. Adm.*, nº 13 (January/February 1999), pp. 37-41.
- A Decisão de Inconstitucionalidade, Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.
- Brevíssimos tópicos para uma reforma do contencioso da responsabilidade, in *Cad. Just. Adm.*, nº 16, pp. 33-40 (July/August 1999).
- Ações de Responsabilidade - elementos do regime jurídico e contribuições para uma reforma, Cascais: Principia, 1999.
- Vers une protection juridictionnelle commune des citoyens en Europe(?), co-authored with J.M. Sérvulo Correia and Bernardo Ayala, in *Towards a Unified Judicial Protection of Citizens in Europe (?)*, org. Epamimondas Spiliotopoulos, Bruylant, 2000, pp. 572-584; also in J.M. Sérvulo Correia / Bernardo Diniz de Ayala / Rui Medeiros, *Estudos de Direito Processual Administrativo*, Lisboa: Lex, 2002, pp. 52-63.
- Responsabilidade civil do Estado por omissão de medidas legislativas - o caso Aquaparque, in *RDES*, 2000, nº 3 and 4, pp. 299-383 (co-authored with Diogo Freitas do Amaral).
- Do estatuto jurídico da Universidade Católica Portuguesa, in *Direito e Justiça*, 2001, II, pp. 85-121.

- A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Estado Português, in *Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976*, Lisboa: AAFDL, 2001, pp. 227-293 / *La Charte des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, la Convention Européenne des Droits de l'Homme et le Portugal*, in *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 14, n° 1, 2002, pp. 629-680.
- *Obras Públicas - Do pagamento do Prémio pela Conclusão Antecipada da Empreitada* (co-authored with Diogo Freitas do Amaral), Lisboa: Azeredo Perdigão & Pereira de Almeida, 2001, pp. 49-99.
- A responsabilidade civil pelo ilícito legislativo no quadro da reforma do Decreto-Lei n° 48 051, in *Cad. Just. Adm.*, n° 27 (May / Junho de 2001); also in *Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado - trabalhos preparatórios da reforma* (org. MJ - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento), Coimbra Editora, 2002.
- Restrições aos poderes do Governo em matéria de reconhecimento e de alteração dos estatutos das fundações de Direito Privado, in *ROA*, 2002 (April), pp. 347-382 (co-authored with J.M. Sérvulo Correia).
- Anteprojeto de Regime Jurídico de Proteção da Água, in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, 2002 (June), pp. 191-424 (co-authored with José Cunhal Sendim, Isabel Abalada Matos, Isabel Moreira, Pedro Lomba, António Lorena de Sèves and Bárbara Cruz).
- O Estado de Direitos Fundamentais português: alcance, limites e desafios, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, II, 2002, pp. 23-43.
- Apreciação geral dos projetos (V Seminário de Justiça Administrativa - Responsabilidade Civil do Estado), in *Cad. Just. Adm.*, n° 40 (July/August 2003), pp. 8-17.
- A contratação pública nos sectores com regime especial - água, energia, transportes e telecomunicações, in *La contratación pública en el horizonte de la integración europea*, Madrid: INAP, 2004, pp. 137-182.
- A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra: Coimbra Editora, 2004, pp. 183-202.
- *Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- *Constituição Portuguesa anotada*, I, II e III, Coimbra: Coimbra Editora, 2005, 2006 e 2007 (co-authored with Jorge Miranda).
- Âmbito do novo regime da contratação pública à luz do princípio da concorrência, in *CJA*, n.º 69, pp. 3-29.
- *Constitution et famille(s)*, in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, XXIV, 2008 (text that reproduces, with some updates, annotations to articles 36.º and 67.º of the first edition of the annotated Constitution, co-authored with Jorge Miranda).

- O novo mapa judiciário perante o estatuto constitucional do Ministério Público, Lisboa, 2009 (reimpressão em 2014, em coautoria José Lobo Moutinho).
- Regime da relação entre associados e sociedades de advogados, in 2º Encontro Nacional das Sociedades de Advogados de Portugal, ASAP, Estoril, 2009.
- Direito da Concorrência e Ordens Profissionais, Coimbra: Coimbra Editora, 2010 (co-authored with Sérvulo Correia, Tiago Fidalgo de Freitas and Rui Tavares Lanceiro).
- O controlo de custos nas empreitadas de obras públicas através do novo regime de trabalhos de suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais, in Estudos de Contratação Pública, II, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- Constituição Portuguesa anotada, I, 2nd Edition, Coimbra: Coimbra Editora, 2010 (co-authored with Jorge Miranda).
- Direitos, Liberdades e Garantias e Direitos Sociais: entre a unidade e a diversidade, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia, I, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- Constitucionalismo de matriz lusófona: realidade e projecto, Lisboa: Verbo, 2011.
- A protecção processual do adjudicatário em face de uma recusa de visto no âmbito da fiscalização prévia de contratos pelo Tribunal de Contas, in Revista de Contratos Públicos, n.º 1 (2011).
- A tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional na revisão de 2004 e a próxima revisão constitucional, in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra: Coimbra Editora / Sérvulo, 2011.
- «Remuneração Compensatória Regional» no quadro das restrições remuneratórias impostas na Lei do Orçamento do Estado para 2011, in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra: Coimbra Editora / Sérvulo, 2011 (em co-autoria com João Lamy da Fontoura).
- Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional, In Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, III, Lisboa: UCE, 2011 ((em co-autoria com Armando Rocha).
- Internacionalismo defensivo e compromisso europeu na constituição portuguesa, in Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, II, Coimbra: Almedina, 2012.
- Uma leitura constitucionalmente comprometida da Concordata, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, III, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- Raízes e contexto da distinção binária entre sistemas multimunicipais e sistemas municipais no setor da água e perspectivas de futuro, in Direito da Água, Lisboa: ERSAR / FDUL, 2013, pp. 67 ss.

- Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, in Enciclopédia da Constituição Portuguesa, Lisboa: Quid iuris, 2013, pp. 341 ss.
- Comentário ao Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas (org. Rui Medeiros), Lisboa: UCE, 2013.
- Contratação coletiva e universidades públicas, in Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva (em coautoria com João Lamy da Fontoura), II, UCE: Lisboa, 2013, pp. 447 ss.
- The New Directive 2014/24/EU on Public Procurement: A First Overview, in The new Directive 2014/24/EU on Public Procurement (eds. Luís Valadares Tavares / Rui Medeiros / David Coelho), Lisbon , 2014.
- *A jurisprudência constitucional portuguesa sobre a crise: entre a ilusão de um problema conjuntural e a tentação de um novo dirigismo constitucional*, in *O Tribunal Constitucional e a crise*, Coimbra: Almedina, 2014, pp. 263-288;
- *Arbitragem necessária e Constituição*, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, 2014, pp. 1301-1330;
- *A Constituição portuguesa num contexto global*, Lisboa: UCE, 2015;
- *Segurança no emprego de trabalhadores em funções públicas - a tutela reforçada dos trabalhadores com nomeação definitiva segundo o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013*, in *Direito e Justiça - Estudos dedicados ao Professor Doutor Bernardo da Gama Lobo Xavier*, III, Lisboa: UCE, 2015 (em coautoria com Jorge Pereira da Silva), pp. 413-440;
- *O direito disciplinar intra-parlamentar regimental*, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, Coimbra: Almedina, 2015, pp. 931-957 (em coautoria com Tiago Fidalgo de Freitas);
- *O direito fundamental à retribuição - em especial, o princípio a trabalho igual salário igual*, Lisboa: UCE, 2016;
- *Direito Constitucional - ensinar e investigar*, Lisboa: UCE, 2016;
- *Pluralismo jurídico atual como aparente alternativa à controvérsia entre monismo e dualismo*, in *Liber Amicorum Fausto de Quadros*, Coimbra: Almedina, pp. 715 e ss.;
- *Tribunal Unificado de Patentes e Constituição*, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, II, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 487 e ss. (em coautoria com Maria Manuel Simões);
- *Em defesa de uma perspetiva dualista na regulamentação da contratação pública*, in *Estudos em Homenagem a Mário Esteves de Oliveira*, Coimbra: Almedina, 2017, pp. 685 ss.;
- *Stress tests à revisão do CCP*, in *Comentários à Revisão do Código dos Contratos Públicos*, Lisboa: AAFDL, 2017, pp. 33 ss.;

- *Regime de recurso das decisões arbitrais no CCP revisto – uma reflexão constitucional*, in *A Constituição e a Administração Pública* (coord. Pedro Fernández Sánchez / Luis Alves), Lisboa: AAFDL, 2018, pp. 117 ss.;
- *A inconstitucionalidade e a ilegalidade, por violação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de maio*, in *Gestão Partilhada dos Espaços Marítimos*, Coimbra: Gestlegal, 2018, pp. 9 ss. (em coautoria com Armando Rocha);
- *Regime de recurso das decisões arbitrais no CCP revisto: uma reflexão constitucional*, in *A Constituição e a Administração Pública* (coord. Pedro Fernández Sánchez / Luís Alves), Lisboa: AAFDL, 2018, pp. 117-140.
- *Arbitragem administrativa e Constituição*, in *Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda*, Coimbra: Almedina, 2019, 447-463;
- *Desafios de uma contratação pública ao serviço da concorrência e da satisfação das necessidades públicas e o modo como a revisão do CCP de 2017 os enfrentou*, in *Estudos em Homenagem a Rui Pena*, Coimbra: Almedina, 2019, pp. 1049-1090 (uma versão que não atendia à revisão do CCP de 2017 fora publicada sob o título *Alguns desafios em sede de reforma legal do regime instrumental de contratação pública português*, in *O Direito Administrativo Transnacional (Actas do XII Colóquio Luso-Espanhol de Professores de Direito Administrativo)*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2018, pp. 205-247);
- *Nem oito nem oitenta...A propósito da proposta de uma LAV para as arbitragens administrativas*, in *RDA*, n.º 7 (Janeiro / Abril 2020), pp. 68-74;
- *Responsabilidade civil do Estado em tempo de vacas magras*, in *Católica Talks – Responsabilidade*, Lisboa: UCE, 2020, pp. 31-52;
- *A fiscalização da contratação pública pelo Tribunal de Contas – Alguns aspetos*, in *RDA*, Ano III, n.º 8 (maio-agosto 2020), pp. 5-25.
- *Administrative Arbitration*, in *International Arbitration in Portugal*, Kluwer Law International (no prelo).